

Galvães revela conteúdo da nova carta

Ao anunciar, ontem, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) concedeu waiver (perdão) ao Brasil pelas metas não cumpridas no ano passado, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, antecipou trechos da nova carta de intenções (a quinta). Nela, o governo brasileiro explica os estouros do ano passado, promete obter superávit de US\$ 1 bilhão nas contas externas e manter o arrocho creditício para assegurar o cumprimento da meta de 50% da expansão da base monetária e dos meios de pagamentos.

Galvães sustentou que o governo não vai ceder com relação à política monetária e por isso a inflação "tem que vir para o nível dessa expansão (50%), e virá". Ele lamentou que o governo não possa promover uma desindexação da economia, que só poderia ser feita "se houvesse sustentação política para uma reforma de profundidade", e reiterou que "por isso temos que nos conformar com a política gradual de combate à inflação que vem sendo praticada".

O ministro da Fazenda criticou o protecionismo norte-americano, insistindo em que os EUA estão tratando injustamente as importações brasileiras. E denunciou que a economia daquele país está-se recuperando às custas do resto do mundo, inclusive o Brasil, considerando esse o aspecto mais grave da crise econômica mundial.

Essas afirmações foram feitas pelo ministro da Fazenda, em entrevista telefônica, no Rio, onde se encontra, transmitida ao seu portavoz, Pedro Luís Rodrigues, no começo da noite. Eis a entrevista na íntegra:

P — Ministro, há alguma novidade em relação ao FMI?

EG — Temos uma novidade muito boa. Hoje, dia 9, reunii-se a diretoria do FMI para examinar nossa solicitação de "waiver" com relação ao exercício encerrado em 1983, e a solicitação brasileira foi aprovada pela diretoria, de modo que a questão do "waiver" está liquidada.

P — O que isso significa para o Brasil, em termos práticos?

EG — Em termos práticos, significa que nós já podemos sacar do FMI, no dia 15 de março, a primeira tranche de 1984 — cerca de 400 milhões de dólares.

P — E com relação à carta de intenções?

EG — A carta de intenções está sendo ultimada e provavelmente será enviada ao gerente-geral do Fundo na próxima semana. Simultaneamente, ela será também encaminhada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Carta de intenções

P — Alguma novidade na carta? Há inovações em relação ao programa apresentado ao Fundo, em 1983?

EG — Não. A carta não inova. A carta é, eu diria, a mais descritiva. O programa continua o mesmo apresentado inicialmente ao Fundo Monetário. A carta faz referência ao programa aprovado pelo FMI em 28/2/83. A carta vai ter mais ou menos 14 ou 15 páginas, e basicamente descreve as coisas que aconteceram no Brasil à economia brasileira nesse período de aprovação do programa até o final de 1983. A carta se inicia reiterando que os objetivos do programa são a estabilidade interna e a externa, o fortalecimento do balanço de pagamentos, e, em curto prazo, reduzir os desequilíbrios internos e externos; a médio prazo, produzir mudanças estruturais que permitam o retorno às taxas elevadas e sustentáveis de crescimento e de emprego. A carta faz, depois, uma referência aos fatores que afetaram adversamente a economia brasileira, em 1983, e como é que o Brasil superou essas dificuldades. Descreve as medidas de ajustamento no balanço de pagamentos. Sairmos de um déficit de cerca de US\$ 15 bilhões, em 1982, para um déficit de menos de US\$ 7 bilhões, em 1983. Grande parte desse resultado foi consequência do superávit de US\$ 6,5 bilhões que o Brasil conseguiu apresentar na sua balança comercial, em 1983. A carta também se refere, detalhadamente, às medidas e aos resultados nas áreas de políticas fiscal e monetária; mostra que, realmente, depois de se ter tido déficit de quase 6% no setor público em 1982, houve redução para 2,5% em 1983, e reafirma a intenção do governo brasileiro de continuar nesse sentido, para alcançar um ligeiro superávit, de 0,3% em 1984. Na área do governo federal, o déficit operacional foi eliminado. Nas empresas estatais o déficit ficou, em termos de produto nacional, cerca de 1,9% e mais ou menos 1,3% nas áreas dos Estados e



Gepp

municípios. No final de 84, esses resultados serão 1,2% e zero, respectivamente. Na área fiscal, foram cumpridos os objetivos. Na área monetária, tanto em relação à expansão da base monetária quanto dos meios de pagamentos, estivemos muito próximos à meta dos 90%, o que foi um resultado muito satisfatório e com isso reafirmamos, nessa nova carta, a intenção de manter uma política monetária de rigoroso controle de expansão de crédito para chegar ao final do ano com um resultado de 50% de expansão dos meios de pagamentos e base monetária. A carta, então, prossegue mostrando as medidas que foram adotadas pela economia brasileira: a eliminação de subsídios, os propósitos da liberação do comércio exterior, o compromisso de manter a correção monetária e a taxa cambial evoluindo em compasso com a taxa de inflação medida pelo IGP ajustado. Esses resultados gerais foram revisados em função do não-desembolso de US\$ 3 bilhões pelos bancos comerciais, em dezembro de 1983. Por isso, vários parâmetros foram ajustados, como as reservas internacionais, a dívida externa e o crédito interno líquido das autoridades monetárias. Em função dos resultados obtidos e da firmeza com que continuarão sendo administradas as políticas monetária e fiscal, o governo reafirma na carta a intenção de obter um superávit de US\$ 1 bilhão nos dois anos combinados (83/84) e, dessa forma, caminhar na direção de reduzir a dependência da economia brasileira aos empréstimos internacionais.

P — Ministro, apresentada a carta ao FMI, o que se pode esperar daí para a frente?

EG — A carta realmente não tem maiores implicações com a continuidade dos desembolsos, porque ela vai dar ensejo a que se fixe e se especifique os parâmetros das políticas fiscal e monetária para 30 de junho de setembro de 84 e 30. Isso será detalhado pelo Departamento Técnico do FMI, de acordo com as informações prestadas pelas autoridades brasileiras. A carta deverá ser aprovada pela diretoria do Fundo talvez somente no mês de abril. Até lá, não haverá implicação em relação ao cumprimento das metas especificadas no programa.

P — Então, antes de junho deve haver uma nova missão do Fundo, para checar os resultados desse período?

EG — Não. Ainda que continuemos em estreito contato com o Departamento Técnico e o gerente geral do Fundo, uma missão do FMI só deverá estar de volta ao Brasil para exame do programa, uma missão completa, no mês de agosto.

P — E a inflação de fevereiro?

Foi alta e não vai comprometer a promessa de redução inflacionária em 1984? O sr. acredita que a inflação vai cair?

EG — A inflação não caiu ainda, mas vai cair. O governo está eliminando as causas básicas da inflação — o déficit público, os subsídios ao consumo e a expansão creditícia gerada pelo crédito subsidiado. É verdade que o processo inflacionário continua realmente pelos reajustamentos automáticos de preços críticos — taxa de câmbio e salários — e dos preços básicos, como energia, aço e transportes. Mas essa realimentação não cria inflação nova, apenas torna mais lenta o seu declínio. A elevação da inflação nos últimos seis ou oito meses ou foi gerada por choques de oferta, como a quebra das safras agrícolas, ou foi gerada espontaneamente, através da remarcação automática dos preços.

Desindexação

P — E aí entraria a idéia de uma desindexação da economia?

EG — Se os preços sobem espontaneamente, pela remarcação derivada das expectativas de infla-

ção, as autoridades monetárias não têm outra alternativa senão resistir para não homologar a alta de preços. A desindexação seria uma solução global se houvesse sustentação política para uma reforma de profundidade. No momento, a idéia fica apenas como uma solução ideal, mas politicamente inviável. Por isso mesmo, temos que nos conformar com a política gradual de combate à inflação que vem sendo praticada. Essa é a razão básica do esforço que se realiza para a contenção dos meios de pagamentos e da base monetária.

P — Mas como a economia vai-se ajustar a isso se a expansão do crédito é menor que a taxa de inflação?

EG — Na medida em que sobem os preços e não sobem os meios de pagamentos, a tendência é continuar a comunidade como um todo, solicitando mais ampliação do crédito, o que não consegue em função da contenção dos meios de pagamentos. O setor econômico força a demanda de crédito e com isso eleva a taxa de juros. O aumento na taxa aumenta a velocidade de circulação da moeda, com o que cria uma liquidez adicional que alimentaria temporariamente as necessidades da economia. Mas o alto custo das elevadas taxas de juros para financiar o capital de giro transmite-se ao setor de investimentos. Os novos investimentos são repressados — todo o crédito é orientado no sentido de financiar o capital de giro. A elevação das taxas de juros e a alta de preços acima dos reajustes salariais tem também como consequência a redução da demanda para consumo, o que acaba, de alguma forma, reduzindo o nível das atividades econômicas, desestimulando ainda mais os novos investimentos. Daí a conclusão: ou caem os preços, ou reduz-se a produção e o emprego.

P — Isso quer dizer que só através da recessão econômica é que espera o governo reduzir a inflação?

EG — Não. O governo espera que cada empresário, que cada consumidor acabe se dando conta que esse é um processo perverso e comece a resistir às altas de preços. É preciso que a comunidade como um todo acredite que os preços vão crescer menos e que a inflação vai cair. Como as autoridades monetárias não vão ceder com relação à política monetária, a inflação tem que vir para o nível dessa expansão, e virá.

Os empresários vão acabar se dando conta de que esse é o caminho que vai ser seguido no ano de 1984.

Tratamento injusto

P — Os resultados da balança comercial de fevereiro foram excepcionais. O sr. acredita que esses resultados possam ser comprometidos pelas restrições que vêm sendo impostas pelas autoridades americanas às nossas exportações, principalmente de aço?

EG — Não. Acho que os EUA estão tratando injustamente as importações brasileiras, mas temos alternativas. Estamos procurando mercados novos para substituir o mercado americano, principalmente na área de produtos siderúrgicos. Conforme nós formos abrindo novos mercados — na América Latina, na Ásia, China, principalmente — podemos compensar qualquer prejuízo eventual que venha a ocorrer em função do protecionismo ditado pelas autoridades americanas.

P — Em termos mais amplos, de retomada do crescimento internacional, como o sr. vê a tendência em 1984? Por que a economia americana está crescendo e a economia brasileira não está acompanhando?

EG — São muitas razões, e demandariam uma explicação mais longa. Mas, em resumo, creio que o crescimento da economia americana é consequência da transferência de capital que está recebendo do Exterior. Os EUA são, hoje, importadores de capital. Isso ajuda a financiar suas atividades econômicas, ao complementar as poupanças internas para aumentar o nível de investimentos. Por isso a economia americana voltou a crescer. Por isso, no Brasil, como de resto em todos os outros países, exceto o Japão, está acontecendo o contrário. Há uma fuga evidente de capitais. Paradoxalmente, esse é o aspecto mais grave da crise econômica mundial; é que os países em desenvolvimento se transformaram em exportadores de capital. A conclusão desse processo é que os EUA estão crescendo às custas do resto do mundo, inclusive o Brasil. E por isso que eu reafirmo que o tratamento que os EUA vêm dando às importações brasileiras é injusto.